

RAFAEL **VASCONCELOS**
PORTO

Manual de
DIREITO PREVIDENCIÁRIO

PREFÁCIO
CAIO PAIVA

2020


EDITORA
CEI

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	3
PREFÁCIO.....	5
PLANO DA OBRA.....	7
PARTE I - PROLEGÔMENOS	25
CAPÍTULO I - A HISTÓRIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	25
1. Introito	25
2. A evolução histórica da previdência social no mundo	25
2.1. Antecedentes remotos da Previdência Social	25
2.2. O surgimento da Previdência Social no mundo	26
3. A consolidação da Previdência Social no Brasil	29
CAPÍTULO II – CONCEITO E PRINCÍPIOS DA SEGURIDADE SOCIAL.....	37
1. Introito	37
2. Princípios da Seguridade Social	38
2.1. Solidariedade	38
2.2. Universalidade da cobertura e do atendimento	39
2.3. Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços	40
2.4. Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais	41
CAPÍTULO III – SAÚDE.....	42
1. Introito	42
2. Disciplina constitucional básica	42
3. Legislação infraconstitucional	45
4. O Sistema Único de Saúde (SUS)	45
4.1. Financiamento do SUS	48
4.2. Envolvimento da iniciativa privada.....	49
5. Judicialização da saúde	51
CAPÍTULO IV – ASSISTÊNCIA SOCIAL	58
1. Introito	58
2. Benefício assistencial de prestação continuada	61
2.1. Requisitos.....	61
3. Benefício assistencial para os trabalhadores portuários avulsos	65
PARTE II – PLANO DE BENEFÍCIOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL.....	69
CAPÍTULO I – PARTE GERAL.....	69
1. Introito	69

2. Conceitos básicos	70
2.1. Filiação.....	70
2.2. Qualidade de segurado.....	70
2.3. Carência.....	72
2.3.1. Considerações gerais	72
2.3.2. Prestações que não exigem carência.....	73
2.3.3. Prestações que exigem carência.....	75
2.4. Valor do Benefício	76
3. Beneficiários.....	78
3.1. Segurados.....	79
3.1.1. Segurado facultativo.....	79
3.1.2. Segurado obrigatório	80
3.1.2.1. Segurado empregado	80
3.1.2.2. Segurado empregado doméstico	82
3.1.2.3. Segurado trabalhador avulso.....	82
3.1.2.4. Segurado contribuinte individual.....	83
3.1.2.5. Segurado especial	85
3.2. Dependentes	85
CAPÍTULO II – BENEFÍCIOS EM ESPÉCIE	88
1. Introito	88
2. Benefícios.....	88
2.1. Pensão por morte	89
2.2. Auxílio-reclusão	93
2.3. Auxílio-acidente	96
2.4. Auxílio-doença	98
2.5. Aposentadoria por invalidez	100
2.6. Aposentadoria programada comum urbana	102
2.6.1. Aposentadorias programadas extintas pela EC n. 103/2019.....	103
2.6.1.1. Aposentadoria por tempo de contribuição (benefício extinto).....	104
2.6.1.2. Aposentadoria por idade (benefício extinto)	105
2.6.1.3. Regras de transição	106
2.7. Aposentadoria especial	110
2.7.1. Aposentadoria especial antes da EC n. 103/2019	110
2.7.2. Aposentadoria especial pós-EC n. 103/2019.....	116
2.7.3. Aposentadoria da pessoa com deficiência	118
2.8. Salário-maternidade	119
2.9. Salário-família.....	120
2.10. Cumulação de benefícios	120
CAPÍTULO III – SERVIÇOS EM ESPÉCIE	123
1. Introito	123
2. Serviço social	123

3. Reabilitação profissional	123
CAPÍTULO IV – PREVIDÊNCIA DO TRABALHADOR RURAL	125
1. Aspectos constitucionais	125
1.1. A aposentadoria programada devida ao trabalhador rural	125
1.2. O custeio diferenciado do segurado especial	126
2. O trabalhador rural	128
2.1. Conceito	128
2.2. Da definição de “rurícola”	130
2.3. Espécies	136
2.3.1. Empregado rural	136
2.3.2. Segurado especial	137
2.3.2.1. Conceito e requisitos gerais	137
2.3.2.2. Espécies	149
2.3.2.2.1. Pequeno produtor agrário ou pecuarista	149
2.3.2.2.2. Pescador artesanal	150
2.3.2.2.3. Extrativista vegetal	153
2.3.2.2.4. Indígena e quilombola	154
2.3.2.3. Recolhimentos facultativos	155
2.3.3. Avulso rural	157
2.3.4. Esporádico Rural	157
2.3.4.1. O enquadramento do “boia-fria”	160
3. Benefícios devidos aos trabalhadores rurais	166
3.1. Parte Geral	166
3.1.1. Manutenção extraordinária da qualidade de segurado	166
3.1.2. Carência	167
3.1.2.1. A regra de transição prevista no art. 143 da Lei n. 8.213/91	167
3.1.2.1.1. Quanto ao segurado especial	170
3.1.2.1.2. Quanto ao empregado rural	170
3.1.2.1.3. Quanto ao esporádico rural	171
3.1.2.1.4. Constitucionalidade da regra	171
3.1.2.2. A regra permanente do segurado especial	173
3.1.3. Salário-de-benefício	178
3.2. Benefícios em espécie	179
3.2.1. A regra de transição prevista no art. 143 da Lei n. 8.213/91	180
3.2.2. Aposentadoria programada	181
3.2.2.1. A regra de transição prevista no art. 142 da Lei de Benefícios	184
3.2.2.2. Aposentadoria dita “híbrida” ou “mista”	185
3.2.2.2.1. Cálculo do valor do benefício	189
3.2.3. Salário-maternidade	189
3.2.4. Auxílio-acidente	190
3.2.5. Aposentadoria especial	193

3.2.6. Averbação de período de atividade rural pretérito como tempo de serviço	196
CAPÍTULO V – TÓPICOS FINAIS	204
1. Introito	204
2. Prescrição e decadência	204
3. Tempo de contribuição	206
4. Contagem recíproca	208
4.1. Contagem recíproca de atividade especial	211
5. Acidente de trabalho	218
6. Regime especial de inclusão	222
PARTE III – CUSTEIO DA SEGURIDADE SOCIAL	227
CAPÍTULO I – TEORIA GERAL DO PLANO DE CUSTEIO DA SEGURIDADE SOCIAL	227
1. Introito	227
2. Princípios constitucionais aplicáveis ao custeio	227
2.1. Diversidade da base de financiamento	228
2.2. Equidade na forma de participação no custeio	231
2.3. Contrapartida direta	233
3. Relação jurídica de custeio	234
4. Panorama basilar das contribuições sociais	238
5. O financiamento da Seguridade Social	239
6. O Plano de Custeio	242
6.1. Contribuição previdenciária devida pelo empregador/contratante	244
6.2. Contribuição previdenciária devida pelos segurados	247
6.3. A relação entre custeio e carência	249
CAPÍTULO II – CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS EM ESPÉCIE	250
1. Introito	250
2. Considerações gerais	250
3. Contribuições “patronais”	252
3.1. COFINS	253
3.2. CSLL	253
3.3. “Cota patronal”	254
3.3.1. Contribuição patronal no âmbito rural	257
3.3.1.1. Empregador rural pessoa física	260
3.3.1.2. Empregador rural pessoa jurídica	261
3.3.1.3. Agroindústria	262
3.3.1.4. Cooperativa de produção rural	262

3.3.1.5. Produtor rural pessoa física que não é segurado especial, nem empregador – o “não-segurado especial”	263
3.3.2. Contribuição do empregador doméstico	264
4. Contribuições devidas pelos segurados	264
4.1. Salário-de-contribuição	265
4.2. Empregado, empregado doméstico e trabalhador avulso.....	267
4.3. Contribuinte individual e segurado facultativo	267
4.4. Segurado Especial	268
5. Outras contribuições	270
PARTE IV – ASPECTOS PROCESSUAIS DO DIREITO PREVIDENCIÁRIO	277
CAPÍTULO I – PROCESSO JUDICIAL PREVIDENCIÁRIO	277
1. Introito	277
2. Competência	277
2.1. Juizado Especial Federal.....	279
2.1.1. Determinação do valor da causa.....	282
2.1.2. Competência territorial	283
2.1.3. Conflito de competência	283
2.1.4. Legitimidade ativa e passiva	284
3. O procedimento	284
3.1. Fase instrutória	286
3.1.1. Prova material	287
3.1.1.1. Provas materiais em espécie: trabalhando algumas hipóteses	289
3.1.2. Comprovação do período de atividade rural	293
3.1.2.1. A situação do segurado especial	295
3.1.2.2. Extensão subjetiva da prova material.....	301
3.1.2.3. Depoimento pessoal	304
3.1.2.4. Testemunhas.....	304
3.2. Peculiaridades sobre o procedimento no JEF.....	305
3.2.1. Fase postulatória	305
3.2.2. Prazos e tutelas de urgência	306
3.2.3. Fase instrutória	308
3.2.4. Fase decisória.....	309
3.2.5. Fase recursal.....	309
3.2.5.1. Hipóteses em primeiro grau	309
3.2.5.2. Procedimento a partir do segundo grau	310
3.2.6. Execução e ação rescisória	311
4. Outras questões processuais	312
CAPÍTULO II – PROCESSO ADMINISTRATIVO PREVIDENCIÁRIO	316
1. Considerações gerais	316

2. Recursos em espécie	322
3. Reafirmação da DER	323
PARTE V - REGIME PRÓPRIO DO SERVIDOR PÚBLICO CIVIL.....	327
CAPÍTULO I – REGRAS GERAIS.....	327
1. Introito	327
2. Disposições constitucionais	332
2.1. Regras atuais e disposições transitórias	332
2.1.1. Benefícios	333
2.1.1.1. Cálculo do valor dos benefícios	341
2.1.2. Outras questões.....	343
2.1.3. Contribuição dos servidores	343
2.2. Regras de transição.....	345
3. Regimes atualmente vigentes no âmbito do serviço público	353
3.1. Previdência complementar “pública”	356
4. Outras regras gerais	360
5. Outras regras aplicáveis ao RPPS federal	362
PARTE VI – PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PRIVADA	369
CAPÍTULO I – CONSIDERAÇÕES GERAIS	369
1. Aspectos constitucionais.....	369
2. Aspectos legais	373
3. Jurisprudência	377
CAPÍTULO II – MODALIDADES DE ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA PRIVADA.....	380
1. Entidades fechadas.....	380
2. Entidades abertas	383
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	387